



A importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais para a formação do bibliotecário

The importance of teaching the Brazilian Sign Language for the formation of the librarian

Joice Dias Costa¹ 

joicosta2018@gmail.com

Hélio Márcio Pajeú² 

heliopajeu@gmail.com

Submetido em: 24-07-2020	Aceito em: 04/11/2020
--------------------------	-----------------------

Resumo: Aborda a história da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua legalização como língua, bem como a importância de seu ensino e conhecimento por profissionais da informação, em específico o bibliotecário. Apresenta a ideia da inserção e ensino dessa língua dentre estudantes que estão se formando no curso de Biblioteconomia, como incentivo à mediação da informação nas bibliotecas. Apresenta a necessidade de se compreender essa língua e utilizá-la no atendimento e trato com utentes surdos, utilizando-a como ponte para a inclusão espontânea. Serão abordados também a formação do bibliotecário, sua forma de atuação no espaço informacional e uso da comunicação dentre boa parte de suas atividades, o que nos remete ao uso da mesma como ponte entre Utente versus Bibliotecário e à necessidade primordial para compreensão das necessidades do utente surdo. A pesquisa é de caráter bibliográfico, na qual foi feito um levantamento sobre o assunto com base em autores que abordam o mesmo tema em suas produções.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI – UFPE. Graduada em Biblioteconomia – UFPE.

² Doutor e Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL – UFSCAR. Graduado em Biblioteconomia e Ciência da Informação – UFSCAR.



Como resultado, obtivemos um novo olhar sobre a língua de forma interdisciplinar que confirma a necessidade e reflexão sobre a inserção e a presença de tal contexto na formação desses profissionais.

Palavras-chave: LIBRAS. Biblioteconomia. Comunicação. Inclusão. Acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A informação é uma ferramenta essencial para a formação e meio fundamental para a atividade de comunicação entre os indivíduos. Dentre as áreas que tratam dessa ferramenta e buscam criar métodos e trazer formas de disseminar e facilitar o acesso a ela, está a Ciência da Informação (CI).

Para a CI, aqueles que estudam a informação, estudam problemas e esses problemas que surgem são recortes de contextos que a constituem. Sendo assim, essa área se constitui um campo que estuda as propriedades e o comportamento, as forças e fluxos e os meios para desenvolver a acessibilidade e o uso de tudo aquilo que diz respeito à informação. Caracterizando-se diante disso como uma área interdisciplinar, ela se torna “uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação” (SARACEVIC, 1996, p. 42), por relacionar contextos de diversas áreas com um único propósito, aprimorar o estudo informacional e o seu objetivo.

Como reflexo da interdisciplinaridade introduzida na CI, temos a área de biblioteconomia e, junto a isto, todo o conjunto de problemas que surgem e vertem das ações abordadas nos seus espaços de atuação. A biblioteconomia teve por muito tempo o seu desenvolvimento baseado em conceitos ambíguos e como referência a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, tornando-se, portanto, “uma ciência social rigorosa que se apoia em uma tecnologia rigorosa” (LE COADIC, 2004, p. 25). Como toda ciência, ela possui suas propriedades peculiares, no que diz respeito aos seus aspectos físico, cognitivo e social, sendo este último o que coloca a informação; ou como algo separado do utente ou de ver o utente, se



não exclusivamente como sujeito, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos.

Do desenvolvimento e produção científica mais as tecnologias eletrônicas e setores industriais da informação, que se tornaram depósitos de conhecimento sobre assuntos rebuscados continuamente pelas pessoas, ocorreu uma crescente, que resultou em mudanças categóricas no setor cultural, econômico e tecnológico (fator epistemológico), convergindo assim como objeto de estudo não apenas as bibliotecas e centros de documentação, mas a informação em si. Diante disso, a CI passou a se configurar no campo das ciências sociais, pois está voltada também para o ser social, buscando suprir suas necessidades informacionais no âmbito social e cultural.

Na busca por resolver os problemas que surgem relacionados à informação, a CI cruza os limites das disciplinas tradicionais levando recursos a várias áreas, o que atribui a ela o perfil de uma ciência interdisciplinar.

Pensando então nesse aspecto interdisciplinar e partindo do paradigma social da CI, lembramos da importância que existe nas formas e meios de disponibilização do acesso à informação e disseminação da mesma para todo e qualquer indivíduo que a queira ou precise utilizá-la. Considerando estas características, em nível social, ela precisa estar acessível, o que valoriza o cunho liberal e humanista da profissão.

O acesso e a disponibilidade da informação não podem ser pensados apenas no âmbito físico das bibliotecas, assim como a insistência sutil de que nossa atuação se resuma a isso durante todo o trajeto de formação do bibliotecário, pois a área faz parte de uma rede de organização formal e informal que desempenha várias funções, o que atribui ao bibliotecário uma cognição que busca sempre se amplificar e construir meios que interajam com a deficiência informacional de cada indivíduo que frequente uma biblioteca.

A comunicação é uma das ferramentas primordiais para interpretação e entendimento das dúvidas expressas e, junto com ela está a linguagem, que pode apresentar mais de um sentido, dependendo do contexto no qual é inserida. Todo



esse contexto é parte expressa do processo da acessibilidade comunicacional nos espaços de informação.

A linguagem como habilidade, de acordo com Martelotta, Cunha e Costa (2008, p. 15), “é a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas”, sendo a língua definida como um sistema de signos vocais que venham a ser utilizados como meio de comunicação dentre membros de um grupo social ou de uma comunidade. Esses três conceitos – comunicação, linguagem e língua – estão estritamente interligados e diretamente ligados à natureza humana, no caso, a capacidade humana formada por essas combinações, o que resulta no desenvolvimento do pensamento, construindo conhecimento e constituindo o próprio sujeito por estar presente nele, sendo assim indispensável seu papel nos processos mentais, assim como nos sociais.

A manifestação linguística, que trata da expressão do pensamento, se apresenta sob diversas formas, atribuídas a gestos, olhares, danças e músicas, esculturas, culturas e símbolos. Quando falamos de linguagem e língua, a busca pela compreensão desses contextos nos remete a dois grandes representantes em seus estudos: Ferdinand Saussure e Mikhail Bakhtin; o primeiro traz a questão da língua como um sistema de regras e o segundo contrapõe-se a essa concepção. Bakhtin acredita que todas as esferas inclusas na rotina humana e suas atividades, em suas variedades, se relacionam com a língua.

De acordo com Bakhtin (1997), a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua, tampouco no psiquismo individual dos falantes. Sendo assim, para ele, a substância da língua está constituída na interação verbal realizada socialmente. Perini (2010, p. 2) salienta que “a língua falada por um povo é parte da imagem que esse povo tem de si mesmo, em certos casos ainda mais significativos do que as unidades políticas em que o povo se organiza”. Olhando então a linguagem e a língua como habilidade, podemos compreendê-la, representá-la e significá-la a partir da expressão corporal em conjunto com as palavras, de forma expressiva e participativa.



Diante disso, trazemos como destaque neste trabalho a realidade dos utentes com limitações auditivas que nos revelam essas especificidades linguísticas ainda ignoradas pela sociedade, no âmbito da acessibilidade comunicacional, prevendo, por meio disso, a quebra de barreiras nas relações interpessoais no âmbito informacional. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é o meio de comunicação que vem sendo utilizado pelos surdos e atualmente foi legalizada como língua oficial primeiramente sob a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sendo então regulamentada e oficialmente imputada sua inclusão como disciplina curricular obrigatória e eletiva, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Sendo assim, chamar a atenção dos profissionais da área da informação, em específico do curso de Biblioteconomia, assim como de profissionais que já atuam na mesma área para esse assunto, é algo que precisa ser estimulado, pois, sendo então o bibliotecário agente disseminador de informação e se deparando com utentes de perfis variados, como iremos enxergar o tratamento e adequação de nossas atividades às necessidades especiais de determinados utentes, em específico do surdo? Dentro de nosso âmbito de atuação, qual a importância do ensino da LIBRAS, no decorrer da formação do bibliotecário diante das atividades exercidas por esse profissional dentro de uma unidade informacional ou qualquer outro espaço, vindo ele a se deparar com utentes que apresentam essas necessidades? Adequar-se a essas questões, colocar cada vez mais presente o sentido do paradigma social da área e conhecer a importância da presença desses meios de comunicação, no caso a LIBRAS, devem ser pontos primordiais para coletivizar os meios abarcados pelo conhecimento.

A inclusão social nos direciona a moldar nossos ambientes e profissionais de forma que possamos alcançar uma condição que os faça competentes para entender e responder aquilo que é buscado. De acordo com Freire (2001, p. 2), “o papel do profissional da CI, perante comunidades que experimentam diversas formas de exclusão, é disseminar a informação ao delinear um caminho para a inclusão social”. A evolução da informação, no que concerne a sua variedade de meios acessíveis que expõem ou conectam os seres, exige também novos modelos



e posição no espaço organizacional, institucional e individual, e a responsabilidade social do profissional precisa adaptar-se a essas necessidades.

Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos meios de comunicação, e não nos compete, nem é lícito escolhermos quais seres humanos iremos receber ou atender em nosso ambiente de trabalho (PUPO, 2008, p. 18).

Segundo Almeida Júnior (2015), com a constatação da ideia de ponte: a mediação, segundo o senso comum dos profissionais da área, permite, assim como a ponte, a relação entre dois pontos que, de certa forma, podem/estão impedidos de interagir por algum obstáculo ou empecilho.

Portanto, o presente trabalho busca trazer um estudo e reflexão, assim como salientar o que é a LIBRAS e sua importância para o papel do bibliotecário, para a comunicação e trato com o utente que apresente essa necessidade, disseminando a informação em seu âmbito coletivo e social com o objetivo de despertar a necessidade do ensino e prática de uso dessa ferramenta de comunicação. A pesquisa traz, ainda, algumas discussões sobre formação, perfil e competências profissionais do bibliotecário e sua relação com a língua de sinais, sendo a metodologia aplicada aqui de caráter bibliográfico e exploratório, pela qual o levantamento foi realizado em bases de dados da área de biblioteconomia, como a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e afins.

2 A LÍNGUA DE SINAIS: SUA HISTÓRIA E LEGALIZAÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma língua social que, “devido a sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito [...] de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano” (BRITO, 1997, p. 19), podendo ser comparada a expressividade e complexidade da língua oral por passar conceitos (concreto, abstrato, complexo ou simples). É uma língua



organizada e não uma simples junção de gestos, sendo, por esse motivo, chamada de língua.

Configura-se como um dentre tantos meios de inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD's) e, como ponto marcante dessa inclusão, salientamos aqui a acessibilidade, que nada mais é do que a possibilidade de estabelecer contato, de estar acessível e permissível, no que diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas, delineando assim uma sociedade mais inclusiva. De acordo com Sasaki (2006, p. 3), a acessibilidade é o direito de ir e vir de cada cidadão somado ao fato de tornar acessível todo e qualquer conteúdo, lugar e/ou produto. Partindo desse conceito e associando então essa definição ao grupo de surdos, nos voltamos especificamente para a questão da acessibilidade comunicacional, que reflete sobre a necessidade de inexistirem barreiras na comunicação, seja ela interpessoal, escrita ou virtual (SASSAKI, 2007).

Quando pensamos em comunicação nesse contexto, percebemos a importância da existência de acessibilidade comunicacional nos espaços, bem como o sentido e a representação da língua de sinais por ser o meio de comunicação de um grupo em específico, porém é uma forma de se acessar esse grupo e suas necessidades informacionais, pois ela é o meio que grande parte das pessoas surdas utiliza para trocar ideias e expressar suas dúvidas.

Apresenta modalidade espaço-visual por não se realizar pelo canal oral-auditivo, mas, pelo visual e utilização do espaço, expressões faciais e movimentos gestuais perceptíveis pela visão. A língua de sinais não é universal, pois cada região possui sua própria estrutura gramatical, porém, assim como a oral ela representa a cultura de um povo, no caso, o surdo. De acordo com Capovilla e Raphael (2001), a língua possui cinco parâmetros para a confecção de seus sinais: a Configuração de Mão (CM), Ponto de articulação (PA), Movimento (M), Orientação ou Direcionalidade (O/D) e Expressão Facial e/ou Corporal (EF/C), e apresenta mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos, nos quais o canal utilizado por ela contribui para sua realização e elaboração de sinais que estejam mais em comum com nossa realidade do que com as palavras em si.



Sacks (2010) nos fala que a língua de sinais é para os surdos uma adaptação única a outro modo sensorial; mas é também uma corporificação da identidade pessoal e cultural dessas pessoas. Ou seja, o fato de incorporar essa língua nos diversos âmbitos sociais informacionais, é uma forma de inclusão natural e coerente com a prática da mediação coletiva e cultural de cada ser.

No século XV a utilização desse meio de comunicação era algo proibido e o aluno que fosse pego praticando-a era punido, pois a Igreja condenava o surdo. Estes não eram considerados humanos porque, de acordo com gregos e romanos, a fala era resultado do pensamento, logo aquele que não pensava não era humano. Não tinham direito a testamentos, à escolarização e não podiam frequentar os mesmos lugares que pessoas ouvintes (HONORA; FRIZANCO, 2009).

A primeira escola para surdos foi fundada em Edimburgo, na Grã-Bretanha, por Thomas Braidwood (1715-1806), como uma academia privada, mas foi o abade Charles-Michel de L'Épée (1712-1789), um educador filantrópico da França, que ficou conhecido como o “Pai dos Surdos” e um dos primeiros que defendeu o uso da língua de sinais, reconhecendo que a língua existia, desenvolvia-se e servia de base comunicativa e essencial entre os surdos (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Ele aprendeu a língua e criou a primeira escola no mundo para surdos em Paris, o Instituto Nacional para Surdos Mudos, em 1760. No Brasil, a educação para surdos teve início através da chegada de um educador surdo francês e ex-aluno do Instituto, chamado Hernest Huet (1822-1886), e a primeira escola foi fundada em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, com o nome de Instituto dos Surdos-mudos no Rio de Janeiro, atualmente intitulada de Instituto de Educação dos Surdos (INES) (HONORA; FRIZANCO, 2009).

A língua foi legalizada com o Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e regulamentada e legalizada sob a Lei nº 10.436, expressa em 24 de abril de 2002, que reconhece oficialmente a LIBRAS, o que garantiu formas institucionais de apoio ao uso e difusão da LIBRAS como meio de comunicação pelas comunidades surdas de forma objetiva e de uso corrente, estipulando através disso que instituições e unidades de serviços públicos de assistência a saúde forneçam atendimento e tratamento adequado aos deficientes auditivos, determinando



também sua inserção como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, nos níveis médio e superior e de forma eletiva em outros cursos.

A definição e a oficialização dessa leva nos leva a analisar melhor e reconhecer que a LIBRAS e os representantes da mesma, no caso o surdo, precisam de adequação dos meios de informação para eles.

A informação concorre, assim, para o exercício da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender a dimensão desta mudança e oferece os meios de ação individual e coletiva de autoajustamento. Para isso, no entanto, é necessário garantir ao indivíduo o acesso à educação e à informação (ROCHA, 2000, p. 40).

Com essas grandes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e devido à importância da informação na formação do cidadão como um todo, o bibliotecário apto a lidar com métodos diferentes no trato e repasse da informação torna-se fundamental. Sendo assim, ele precisa estar aberto ao diálogo com sua realidade, consciente de seu importante papel a fim de desempenhá-lo de forma libertadora, garantindo dessa forma uma troca de competências para o desenvolvimento coletivo.

Torná-la uma aptidão comum e necessária para orientação, formação e comunicação entre os indivíduos é fator importante que precisa ser incluído e pensado já na formação de profissionais que irão lidar com a informação para qualquer tipo de utente, especialmente nas unidades de informação em que os surdos buscam fazer parte.

O reconhecimento da LIBRAS como língua oficial vem estimulando os surdos a estudar e ingressar em cursos técnicos e universitários:

[...] o reconhecimento, a partir de meados da década de 1990, do status de língua para a língua de sinais; o desenvolvimento de propostas de educação bilíngue de qualidade para surdos; e um momento histórico no qual políticas públicas de inclusão vêm aos poucos aumentando o acesso e a participação ativa de pessoas com necessidades especiais em diferentes contextos sociais (BISOL *et al.*, 2010, p. 148).



Diante disso, a presença de um intérprete ou profissional que saiba comunicar-se ou compreender a necessidade desse utente, descrito no capítulo III do decreto supracitado, é um tema importante a ser discutido. “Ora, a diversidade humana deve ser contemplada no mundo globalizado, que pressupõe a inclusão de todos” (PUPO, 2008, p. 19).

3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E A LIBRAS

A profissão do bibliotecário, com relação a sua atuação, sempre teve como característica principal a biblioteca – onde havia mais interesse no armazenamento, organização, catalogação, indexação, recuperação da informação – porém, com o passar do tempo, as competências relacionadas ao bibliotecário se expandiram, o que buscou por formar profissionais que pudessem lidar não só com as questões de tratamento, mas, a disseminação e acesso à informação.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

O principal objetivo é formar profissionais com competências e habilidades para solucionar questões relacionadas à seleção, à coleta, à organização, ao tratamento, à disseminação e ao acesso da informação e do conhecimento produzido, em diferentes meios e suportes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2011, p. 14).

Salientamos, perante essa definição, duas práticas importantes e pouco colocadas em prática pelo bibliotecário: a disseminação e o acesso à informação, sendo que em seu âmbito social. O bibliotecário não deve apenas se limitar a essa disseminação no meio científico, mas também ser flexível em relação às transformações sociais, tecnológicas e no mundo do trabalho, onde percebemos que a quantidade de pessoas que buscam se informar cresce e varia em seu teor.

Com isto, a partir do momento em que é colocado dentre os objetivos gerais e específicos que o bibliotecário é formado para diagnosticar as necessidades informacionais do público em geral e realizar atividades que democratizem a informação, não podemos apenas pensar no profissional limitado a aptidões e



iniciativas tecnicistas, pois conforme Morin (2003) a relação ensino-aprendizagem não deve se limitar à aquisição de conhecimentos, mas também à formação de pessoas integradas socialmente com seu meio e com o mundo, capazes de responder às necessidades dos outros, aptas a perceber e se adaptar às mudanças e que sejam, sobretudo, éticas.

Devemos englobar questionamentos com relação aos contextos ministrados para bibliotecários durante sua formação, de forma que se mostre um profissional atuante, de reconhecimento social, importante para a sociedade e capaz de se moldar ao que reflete a profissão, disponível a todos, pois assim se evidencia a competência informacional que ele possui; “cursos de graduação devem preparar bibliotecários” (PIMENTEL, 1985).

Em seu perfil, está inclusa a ação social, representando sua atuação como cidadão e elemento contribuinte para a formação da cidadania. Sendo assim, ele precisa estar “qualificado para interagir, criticamente, com o processo de transferência da informação, da geração ao uso, participando de seu contexto social” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2011, p. 16).

De acordo com o PPC de Biblioteconomia da Universidade Federal de São Carlos (UFscar):

A educação na sociedade da informação e do conhecimento está fundada em quatro pilares, que constituem ao mesmo tempo em pilares do conhecimento e da formação continuada, ou seja, de aprendizagem ao longo da vida: a) aprender a aprender; b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos; d) aprender a ser. A estes pilares juntam-se as setes competências e saberes necessários para a educação: as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano. Mais do que meramente "educar" como sinônimo de treinamento, devemos educar no sentido de criar e despertar competências necessárias para atuar na sociedade e na tomada de decisões fundamentadas no conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 2014, p. 21).

Pensando assim, devemos nos lembrar da necessidade da inclusão e interpretá-la como a relação do sujeito com o grupo ao qual pertence e em conjunto com o profissional responsável por mediar a informação, tornando esse ponto de



vista uma extensão informacional que inclua sujeitos com todos os tipos de deficiência, no caso os PcD's.

O conceito de inclusão inverte a lógica da integração e prevê que os currículos se adaptem para atender os deficientes, assim como também os espaços sociais devem facilitar o acesso e eliminar barreiras para o trânsito e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência (BATTISTI, 2010, p. 42).

De acordo com Cunha (2003, p. 2), isso significa entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades informacionais e as novas formas de responder a essas necessidades criando novos métodos e formas de trabalho.

Dito isso, queremos ressaltar que não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimento, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as "barreiras de atitude". É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja (BAPTISTA, 2008, p. 24).

O resultado positivo, com relação à busca pela inclusão, depende da intenção, vontade, capacidade e interesse das pessoas com e sem deficiência, de mudanças e ações que demonstrem atitudes que busquem essa adequação, além de todo um contexto físico e social composto de recursos que contribuam para a independência da pessoa com deficiência.

A LIBRAS é uma língua, e partindo desse princípio, nada mais coerente do que estar preparado também para o caso de sermos abordados por esse perfil de utente e fazer com que o mesmo se sinta integrado e incluso no espaço ao qual se direciona.

Pessoas com deficiência não podem nem devem ser excluídas desse processo, pois podem ser grandes beneficiárias das inovações proporcionadas pelos meios de comunicação, e não nos compete, nem é lícito escolhermos quais seres humanos iremos receber ou atender em nosso ambiente de trabalho (PUPO, 2008, p. 18).



O fato de a educação estar inserida no contexto da biblioteconomia, nos leva a refletir que, uma vez propagado e ofertado o ensino da LIBRAS, o bibliotecário estaria capacitado a oferecer um atendimento adequado, construindo assim, um contato direto, tornando-o ponte entre a informação (seu objeto de trabalho) e o utente (aquele que necessita dela), suprimindo sua necessidade informacional, independentemente de qual seja ela. Sendo assim, a inclusão do ensino da língua no curso e sua oferta presencial, seriam de suma importância por trazer uma interação, compreensão, acessibilidade dentro da área, união de perfis diferentes, interatividade, o despertar do lado humano do curso, maior circulação da informação (ultrapassando fronteiras e barreiras) e um convívio social mais harmonioso.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter exploratório e bibliográfico, uma vez que se apoia em levantamentos bibliográficos por meio de autores que tratam de assuntos e contextos que corroboram o seu objetivo, tais como Sasaki (2006; 2007), Bakhtin (1997), Almeida Júnior (2015) e Pupo (2008), dentre outros que reforçam por meio de seus estudos a importância desse assunto para a área e correlacionam contextos da atuação do bibliotecário nas bibliotecas com a pauta apresentada.

De acordo com Gil (2008. p. 41, 44), “a pesquisa exploratória busca proporcionar uma maior familiaridade com o problema” e a bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, definições e características essas que se enquadram na tipologia do estudo apresentado, uma vez que foram realizados levantamentos em bases de dados da área como a Brapci e o Portal de Periódicos Capes, utilizando-se de termos que melhor filtrassem os assuntos que determinassem uma possível resposta e compreensão do problema apresentado. Termos como *acessibilidade*, *acessibilidade comunicacional*, *inclusão*, *mediação*, *Libras* e *informação* foram os buscados, resultando em produções bibliográficas que tratavam especificamente do assunto inclusão e acessibilidade, tendo destaque para o trabalho de Pupo (2008, p. 12), que deu o ponto de partida para o problema encontrado, corroborando assim a



importância do estudo quando nos fala que: “juntando nossas forças estaremos contribuindo para a construção de bibliotecas e serviços de informação para todos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar bibliotecário é se enxergar dentre todos os meios que contextualizam e fazem parte da educação humana, pois, a partir do momento em que se trabalha com a informação e percebe-se um crescimento desta, assim como se compreende o quão amplo é o público-alvo ao qual ela está destinada, notamos a necessidade de ser flexíveis e nos moldar de forma a estarmos preparados para os desafios, sejam eles positivos ou negativos, que a área nos traga. O estar preparado implica também na questão de “buscarmos nos preparar”, atribuindo ao nosso autocontexto meios que justifiquem o motivo de sermos nós a ponte que liga a resposta ao questionamento e àqueles ao qual o usuário se direciona para sanar sua necessidade informacional, sendo, então, acessos informacionais principais para orientar e direcionar.

Viver pensando e encarando que a acessibilidade está ligada apenas aos nossos espaços físicos é limitar-se a um único método e ignorar os outros aspectos de nosso perfil diante da sociedade, de suas necessidades e das várias perspectivas que o termo possui e apresenta. A comunicação é uma das ferramentas fundamentais utilizadas pelo bibliotecário, pois, por meio dela podemos tentar sanar ou resolver diversos problemas que nos são apresentados, e a inclusão da LIBRAS como meio para essa compreensão é uma das muitas pautas que precisa ser desenvolvida e abordada de forma presencial durante a formação do bibliotecário. O fato de pensar nela como algo importante precisa partir daqueles que pretendem se formar e trabalhar com a informação, pois o informar está em formar e educar as pessoas através daquilo que lhes repassamos e indicamos.

O estudo nos faz compreender e enxergar que atualizar-se de acordo com as mudanças que surgem no decorrer de nosso desenvolvimento como profissionais, implica também em agregar capacidades que abracem as necessidades de cada um, seja ela qual for, bem como identificar o quanto esse é um assunto que cada



vez mais vem se tornando presente e importante nos espaços acadêmicos, e a biblioteca é um dos órgãos que auxilia e suporta tais cidadãos que se direcionam a ela.

Sendo assim, o presente trabalho não apenas serviu para nos aprofundarmos em um contexto pouco apreciado com base em um simples estudo, questionamento ou posicionamento pessoal, mas buscar coletivizar esse pensamento, chamando a atenção para a implementação da língua como uma forma prática e presente da acessibilidade comunicacional nas bibliotecas. Os bibliotecários, após a formação e como futuros disseminadores da informação, bem como representantes da informação e tudo aquilo que ela aborda, precisam buscar por métodos e meios que propiciem o benefício e melhoria do perfil e melhor desenvolvimento de nossas habilidades como profissionais. Isso deve partir não apenas de imposições curriculares já formatadas, mas de um diálogo aberto entre aqueles que buscam ajudar o utente, como também de uma vivência maior daquilo que é nossa realidade, cultura e sociedade atual.

Por meio desse estudo é possível pensarmos também em estudos futuros que corroborem e complementem o presente trabalho como, por exemplo, de que maneira as bibliotecas vêm se adaptando a isso? Como seus serviços se enquadram nas necessidades das Pessoas com Deficiência (PcD's)? E o que pode ser feito para que essas pessoas se sintam independentes informacionalmente dentro desses espaços por meio de serviços adaptados às suas necessidades? Essas são questões que não apenas precisam ser pensadas, como também elaboradas de forma que corroborem e ampliem nossa visão quanto aos utentes que frequentam bibliotecas e apresentam essas especialidades.

Abstract: It deals with the history of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) and its legalization as a language, as well as, the importance of its teaching and knowledge by information professionals, specifically the Librarian, where it brings the idea of the insertion and teaching of this language among students who are graduating in the course of Librarianship, as an incentive to mediation of information in libraries. It presents the need to understand this language and use it in the care and treatment of



deaf users, using it as a bridge to spontaneous inclusion. It will also be addressed the training of the librarian, his way of acting in the information space and the use of communication among much of his activities, which leads us to the use of it as a bridge between User X Librarian and the primary need for understanding the needs of deaf users. The research is of bibliographic nature, where it was made a survey on the subject based on authors who address the same theme in their productions. As a result, we obtained a new look at the language in an interdisciplinary way that confirm the need and reflection on the insertion and presence of this context in the training of these professionals.

Keywords: LIBRAS. Librarianship. Communication. Inclusion. Accessibility.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008. p. 24-27.

BATTISTI, C. M. Da segregação à inclusão: evolução do conceito de inclusão. **Ágora**: Revista Eletrônica, Cerro Grande, n. 11, dez. 2010. Disponível em: http://www.ceedo.com.br/agora/agora11/CleusaMolinariBattisti_inclus%E3odod eficiente_Desafioseoportunidades.pdf. Acesso em: 18 jan. 2015.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n.139, Jan./Apr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100008. Acesso em: 22 jun. 2019.



BRITO, Lucinda Ferreira. Língua brasileira de sinais – LIBRAS. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília DF, 1997. v. 3. (Série atualidades pedagógicas, n. 4).

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2003v8n15p41/5234>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Instituto Brasileiro de Ciência de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopez Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, Edgar. Prólogo. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e Linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**. 8, n. 14, 2010. Disponível em: www.revel.inf.br. Acesso em: 10 jun. 2020.

PIMENTEL, Cléa Dubeux Pinto. Formação profissional e as perspectivas do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v.18, 1985.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e Inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários? *In*: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia



Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2008. Cap. 1.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. **O direito à educação inclusiva, segundo a ONU**. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **PPC de Biblioteconomia**. Recife, 2011. Disponível em:
<https://biblioteconomiaufpe.wordpress.com/.../ppc-debiblioteconomia-perfil-0406/>.
Acesso em: 6 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **PPC de Biblioteconomia**. São Carlos, 2014. Disponível em: www.prograd.ufscar.br/projetoped/projeto_bci.pdf.
Acesso em: 6 jun. 2020.